

A COR DA PELE: POESIA E DIREITOS HUMANOS

Aurora Cardoso de Quadros¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre aspectos sociais da poética de Adão Ventura na obra *A cor da pele*. Sua poesia representa um indivíduo amargurado pela injustiça e marcado pela cor da pele. A voz de revolta é analisada pela pertinência do seu discurso que denuncia a privação dos direitos do negro na sociedade de hegemonia branca. Para análise da escrita, são usadas obras que abordam literatura, sociedade e preconceito. As teorias se articulam como argumentos em favor das reflexões em prol da associação entre literatura e direitos humanos, proposta de forma central por Antonio Candido. Observa-se que os versos do poeta apresentam um movimento dinâmico em que o exercício do direito de se expressar desperta a reflexão sobre a importância de se fazerem valer os direitos de todo indivíduo, independente de falsas valorações baseadas em etnias e outros equívocos. A força das metáforas revela-se proporcional ao sofrimento do elemento afrodescendente proscrito da sociedade brasileira, contradizendo os fundamentos constitucionais dos direitos de todo cidadão. As vozes da África são simbolizadas como ecos no íntimo do eu negro, que se expressa como quem mostra a própria ferida ao seu algoz.

PALAVRAS-CHAVE: *A cor da pele*; Poesia; Sociedade; Direitos humanos.

ABSTRACT: This work aims to reflect on social aspects of the poetry of Adão Ventura in the work *A cor da pele*. His poetry represents an individual embittered by injustice and marked by the color of his skin. The voice of revolt is analyzed by the relevance of his speech that denounces the deprivation of the rights of the black in the white hegemonic society. For the analysis of writing, works are used that approach literature, society and prejudice. Theories are articulated as arguments in favor of reflections in favor of the association between literature and human rights, proposed centrally by Antonio Candido. It is observed that the poet's verses present a dynamic movement in which the exercise of the right to express oneself awakens the reflection on the importance of asserting the rights of every individual, regardless of false valuations based on ethnicities and other mistakes. The strength of the metaphors proves to be proportional to the suffering of the African descendant element banned from Brazilian society, contradicting the constitutional foundations of the rights of every citizen. The voices of Africa are symbolized as echoes within the black self, which expresses itself as if showing its own wound to its executioner.

KEYWORDS: *A cor da pele*; Poetry; Society; Human rights.

A cor da pele, de Adão Ventura

Ao lermos versos de Adão Ventura, como “em negro/ teceram-me a pele/ enormes correntes/ amarram-me ao tronco/ de uma Nova África” (VENTURA, 1984, s/p.), lemos também a construção de um eu oprimido, que se representa injustiçado e proscrito, envolto no preconceito racial e nas mazelas advindas dele, incluindo o flagelo que perpetua a escravidão. Esse sujeito poético pode ser associado ao sujeito da criação escrita, o próprio poeta mineiro, uma vez que, segundo Silviano Santiago (1982), esse escritor negro viveu, na vida real, o que

¹ Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo. Atua como professora do Departamento de Comunicação e Letras da Universidade Estadual de Montes Claros, na área de Estudos Literários. Minas Gerais, Brasil. auroracardoso2010@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4859757949618662>

expressa em seus versos. O presente estudo objetiva analisar a obra *A flor da pele*, de Adão Ventura, associada a elaborações sobre o funcionamento e o direito à literatura e com apoio teórico também do artigo de mesmo nome, de Silviano Santiago. A análise é feita por meio da leitura literária e da pesquisa bibliográfica, sobretudo da referida crítica homônima. Observa-se que, mesmo tendo mudado para Belo Horizonte em busca de vida melhor e ter se diplomado em Direito, o que o poeta, em *A cor da pele*, imprime são as agruras da difícil existência. A essência dos versos traz à tona a dor do ser marcado por valores enraizados na cultura brasileira, e torna-se excelente exemplo da forma instrumental com que a poesia pode tocar o leitor e movimentar modos de ver e sentir o mundo e o outro.

O potencial efeito da leitura é de que estamos presenciando a representação do dilema de um sujeito discriminado, sofrido, de quem foi negado os direitos fundamentais do indivíduo. O sujeito, que se vê ainda escravizado, solta em tom nada ameno, nada recalcado, a voz da resistência, o que parece ir contra o comodismo e a cordialidade artificial de muitos que ainda dizem não haver preconceito racial no país. Por trás do discurso de afirmação da igualdade, que muitas vezes é dito de modo essencialmente esvaziado, alienado e alienante, há uma incoerência desvelada pelo eu que, com foco no problema do racismo, mostra que o estigma do negro permanece. E, mais do que a permanência do estigma, mostra que não são apenas cicatrizes que atormentam a sobrevivência negra, pois a escravidão ainda se mantém. A cor na poética de Adão Ventura não é apenas um detalhe que faz parte dos caracteres com que o ser vem ao mundo. Ela é tecida pela sociedade branca. E é tecida pela marca da inferioridade com todas as implicações envolvidas nesse preconceito. Nesse caminho os versos indicam a ínfima mudança ou, talvez, a situação imutável do negro no sistema vigente no país, que ainda não se libertou das sombras dos pelourinhos, dos martírios na lavoura, no curral, na chibata e na senzala.

Ao trazer à luz o problema, os versos chamam a atenção para uma forma de disposição contrária ao sistema vigente, pois arrebatam a verdade que reside oculta na forma velada de ser e agir. E enfrentando pela denúncia poética aquilo que parece estar de fato cristalizado, ou seja, o preconceito, o eu sugere a impossibilidade de atuar nas disposições e nos papéis dos sujeitos do jogo social, mesmo que algumas vezes as tendências mostrem falas contrárias à discriminação. A voz construída no discurso poético instala um problema para reflexão sobre fatos no âmbito da estrutura social. O modo como o sujeito descortina a injustiça praticada no interior da sociedade faz evocar o que ocorre em sua dinâmica. O estado de coisas é construído nas relações e sua continuidade ou não, se o que se processará gira em torno da transformação

ou da conservação, depende das disposições existentes nas relações. Esse fato é descrito do seguinte modo nas palavras de Pierre Bourdieu:

[s]omente existem ação, história, conservação ou transformação de estruturas, porque existem agentes irreduzíveis ao que o senso comum e o "individualismo metodológico" introduzem na noção de indivíduo e que, enquanto corpos socializados, são dotados de um conjunto de disposições contendo ao mesmo tempo a propensão e a aptidão para entrar no jogo e a jogá-lo com maior ou menor êxito. (BOURDIEU, 2001, p. 190)

A obra *A flor da pele*, nesse ângulo, parece comparecer fazendo sua parte na tentativa de expressar uma angústia, comunicando o que vai ao espírito e expressando também a relação de causa e consequência dessa angústia, tornando-se exemplar da força poética de representação desse condicionamento social, no sentido de que marcando o fato de que as consciências não foram abolidas junto à Lei Áurea. Com isso, revela o problema da violência simbólica (BOURDIEU, 2001) que, pensada nos termos da poética de Ventura, pode ser compreendida de forma que atua em coação sobre as consciências, e resulta em forma de sistema que possibilita a hegemonia branca. Assim, saindo da violência física bruta e do aprisionamento dos corpos negros do regime escravocrata, resta a violência simbólica que atua sobre as consciências (BOURDIEU, 2001, p. 203) e impossibilita a mudança. Essa ideia subjaz nos seguintes versos:

minha carta de alforria
não me deu fazendas,
nem dinheiro no banco,
nem bigodes retorcidos.
minha carta de alforria
costurou meus passos
aos corredores da noite
de minha pele. (VENTURA, 1984, s/p.)

Ao repercutir pela palavra a escravidão negra, remetendo à época em que africanos eram mercadorias sem alma, os versos repercutem também a escuridão que contrasta com a clareza na mente consciente de quem vê o mundo com olhos interiores. É desse modo, de forma talvez mais legítima, que Adão Ventura, por ser um poeta negro, constrói seu discurso. Nas entrelinhas, deixa impressa a crítica ao alheamento coletivo inerente à etnia dominante, que se julga superior e, mais que o fato de se julgar superior, atua de modo subliminar, nas ações, nos impulsos emocionais, nos procedimentos, nas opções estéticas, nas relações trabalhistas etc. Diante disso, Ventura revela a insensatez do modo como o ser humano lida com as diferenças e, sobretudo, como apaga pelo discurso as contradições na sua convivência social com o

diferente. Deixa soar a voz da consciência ao apontar para o fato de que, ao libertar-se do jugo dos latifundiários, o negro se manteve sob o jugo social, que talvez apenas quem vive no claustro da pele escura pode entender. E aqui ele constrói a denúncia da desigualdade, das oportunidades negadas, dos espaços inacessíveis, ou seja, da privação dos seus direitos mais básicos cuja causa quase sempre advém do preconceito secular.

Sobre o preconceito, muita coisa foi dita, outras tantas feitas, mas em profundidade pouca coisa mudou nesse campo em que os discursos se aprimoram em argumentos, mas não dão conta da mudança real, no sentido de transformar o homem, de interromper os passos do imaginário que se perpetua no julgamento em momentos cruciais, em que pende para o negro todas as fragilidades de caráter, de conduta, de procedimento, de habilidade e competência, tudo, às vezes inconscientemente, com base na cor. Entendendo teorias sociológicas e antropológicas, não se concebe que não se entenda o equívoco de ainda existir o preconceito e, junto dele, as iniquidades que toldam o direito de categorias humanas por premissas obtusas. Presume-se que os preconceitos deveriam ter sido erradicados com base nos discursos contemporâneos que, na verdade, vêm movimentando os conceitos há séculos, com contribuições como dos iluministas, movimentos que resultaram em revoluções, como a Revolução Francesa e uma variedade de outros fatos e discursos que visam a atuar de forma a mudar o pensamento sobre o mundo, tornando-o mais fraterno, repensando os valores do homem, o exercício dos seus direitos e entendendo como centro principal os oprimidos.

A cor da pele e os direitos humanos

Se os versos de Ventura, em sua sensibilidade poética e humana, revelam que a escravidão se mantém em forma de violência simbólica sofrida pelo negro; por outro lado, Adão Ventura, formado no curso de Direito, certamente escreve com conhecimento de causa a respeito da injustiça que representa na sua escrita poética. Assim, os direitos humanos certamente dão respaldo e legitimidade à denúncia que expressa em fortes metáforas, expondo o peito dolorido que, no entanto, não se curva por se entender injustiçado e cuja causa está nas raízes da obnubilação coletiva. A força da sua expressão revela a convicção do que diz:

faça sol ou faça tempestade
meu corpo é cercado
por estes muros altos,
- currais

onde ainda se coagula
o sangue dos escravos (VENTURA, 1984, s/p)

A expressão da poesia associa-se ao cidadão renegado em direitos e dignidade. A questão se instaura de modo a antagonizar os papéis dos direitos promulgados em prol dos cidadãos de países que se unem em torno do ideal de paz e união. Como exemplo disso, o artigo II da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2009), que serviu de base para a constituição de vários países, como inclusive o Brasil, determina:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ONU, 2009, p. 5)

Também a Constituição do Brasil, já no preâmbulo, imprime como natureza e objetivos gerais os direitos sociais e individuais de todo brasileiro:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1990, p. 3).

Tomando como ponto de partida os direitos humanos e, de modo especial, os princípios fundamentais do documento, que deveria funcionar como diretriz, no espelhamento dos pontos ideais dos direitos humanos pelo cidadão, resulta em fadada ineficácia. Os artigos iniciais detalham de forma inequívoca os fundamentos da República Federativa do Brasil, indicando no Inciso III do Artigo 1º a dignidade do indivíduo. O Artigo 3º define os objetivos fundamentais da república, e seus incisos fundamentam-se em liberdade, justiça, solidariedade, erradicação da pobreza e da marginalidade, redução das desigualdades e promoção do bem de todos “sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1990, p. 3-4). Ou seja, os preceitos constitucionais baseiam-se no ideal de uma sociedade igualitária e humana.

Mas a realidade vem polemizar essa teoria pelos olhos de quem, além de enxergar os fatos, os valores e as relações, ainda se constitui pela legitimidade de quem sente na pele o dilema que representa. Vejamos, por exemplo, os seguintes versos:

para um negro
a cor da pele
é uma faca
que atinge
muito mais em cheio
o coração. (VENTURA, 1984, s/p)

A dor do negro, na forma como é expressa de dentro pra fora, com os olhos interiores e num ato de arremessar a palavra e se responsabilizar pelo impacto, tem potência metafórica de repercutir como um estrondo. Ao ser chamado à reflexão, o leitor intui que algo está em desarranjo. Percebe que a sociedade ideal está longe de se concretizar, e muito provavelmente terá uma reação de empatia com o sentimento do eu. Essa introjeção inconsciente, embora não revele resultados concretos imediatos, pode ser associado à humanização pela literatura, que é um dos possíveis efeitos libertadores propostos por Antonio Candido (2004), ao tratar de literatura e direitos humanos. Tomando como base os pressupostos da literatura que emancipa o homem, a poética de Adão Ventura instala um potencial fator subliminar da capacidade de despertar

[...] aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 2004, p. 180).

O leitor confirma tal efeito ao se sensibilizar pela dor do outro. Num movimento inverso, podemos entender um sujeito que exerce seu direito de expressão e que, pelos símbolos cortantes, expõe a força dos sentimentos que talvez correspondam ao seu estado espiritual, pelos motivos sugeridos em seus dados biográficos. Nesse sentido, a palavra poética parece servir como instrumento desse exercício do direito de expressar, revelando a outra face da literatura que expurga a dor. Esse ponto de vista dá foco ao outro polo da leitura, que geralmente se concentra no leitor, como nas abordagens de René Wellek e Austin Warren (1976), de Antonio Candido, na palestra “O Direito à Literatura” (CANDIDO, 2004) e em “A Literatura e a formação do homem” (CANDIDO, 1972), textos que se complementam e que abordam os possíveis efeitos da literatura e dizem que ela pode atuar na formação de valores do homem, sendo que, dependendo da obra, ela pode tanto emancipar quanto alienar. Em sua elaboração, Candido trata do funcionamento da literatura, entendendo que ela satisfaz a necessidade

psíquica de devaneio do homem e atua de modo subliminar em campos vários do desenvolvimento do indivíduo. Sugere então um debate em torno do seu mérito e inserção no rol de necessidades básicas do ser humano. Trata, com isso, dos diversos funcionamentos da literatura, abrangendo desde à sua natureza que abarca várias manifestações culturais que satisfazem a necessidade que o homem tem do devaneio até a educação.

No caso dos poemas de Ventura, acreditamos que a poesia possibilita delinear “o problema da função da literatura como representação de uma dada realidade social e humana, que faculta maior inteligibilidade com relação a esta realidade” (CANDIDO, 1972, p. 86). Aparentemente é despertando os referidos traços essenciais e a reflexão que ocorre uma reciprocidade do ponto de vista mais superficial das disposições, uma vez que pode ser vista em possível atuação no modo de influenciar olhares do mundo, ao mesmo tempo em que parece atuar em forma de catarse pelo próprio sujeito da criação. Algo que se intui de modo distinto da realidade é a sensação de tirania, no sentido em que os direitos presumidos para todo cidadão deveriam realmente ser acessíveis a todos. Num mundo de tanto avanço tecnológico, segundo Candido, as conquistas excluem a maioria do povo e, ainda que alcancem patamares nunca imaginados, “a irracionalidade do comportamento é também máxima, servida freqüentemente pelos mesmos meios que deveriam realizar os desígnios da racionalidade” (CANDIDO, 2004, p. 169).

Assim parece inserir-se o eu construído em *A cor da pele*, associando-se inevitavelmente ao seu criador, certamente refletindo um ego machucado pela História e pelas sombras que parecem sobrevoar seu espaço e sua sobrevivência, com limites atuando na forma de tolher por correntes metafóricas sua plena realização como homem livre. O leitor, muitas vezes inserido na engrenagem do preconceito, certamente se desconcertará e repensará diante das metáforas que denunciam a vileza do estigma do negro.

Silviano Santiago cita o esvaziamento da cultura do negro, identificando nisso a justificativa do apagamento das suas raízes e a primazia branca que oblitera seu ser:

As referências culturais são vagas e apagadas para o negro no Brasil [...] Tão vagas e apagadas são, que elas apenas servem para constituir o "preto de alma branca". Em poema terrível e extraordinário, apaixonante, Adão levanta "ligeiras conceituações" sobre o preto de alma branca, que não deixam dúvida quanto à proveniência da expressão. Ela só pode ser elogiosa pelo seu lado branco. Do outro lado, diz o poema:

o preto de alma branca
e a sua cor de camaleão

o preto de alma branca
e o seu sujar na entrada

o preto de alma branca
e o seu cagar na saída

o preto de alma branca
e o seu sangue de barata (SANTIAGO, 1982, p.124)

O que se apresenta em forma de elogio nada mais é do que o tolhimento de o negro ser ele, em história, natureza e cultura. Apenas seria positiva sua figura quando incorporasse os atributos e a cultura que não possui, ou seja, os atributos e a cultura do homem branco. Assim ele ascenderia no patamar humano. Essa crença de branquear o bom negro como forma de dar a ele uma imagem positiva consiste em um equívoco geral, mas que a respeito da capacidade de apreciação dos bens artísticos e culturais é exposto do seguinte modo por Candido:

Nesse contexto, é revoltante o preconceito segundo o qual as minorias que podem participar das formas requintadas de cultura são sempre capazes de apreciá-las, o que não é verdade. As classes dominantes são frequentemente desprovidas de percepção e interesse real pela arte e a literatura ao seu dispor, e muitos dos seus segmentos as fruem por mero esnobismo, porque este ou aquele autor está na moda, porque dá prestígio gostar deste ou daquele pintor. (CANDIDO, 2004, p. 180).

A poesia de Adão Ventura atesta uma capacidade artística e cultural inegável. Sendo inegável, sua sensibilidade e gosto poético, revela-se paradoxal, e complexo o problema do não acesso de certos grupos à sociedade elitizada. Santiago continua, talvez favorecendo um esboço de uma possível resposta:

Constituído para não-ser, o negro teve de incorporar os valores brancos, dados como positivos, para poder aparecer socioeconomicamente. A alma branca é a aparência que resguarda o negro da violência e do anonimato e que baliza as suas ações comedidas e mesquinhas, controladas. Combatendo as falsas aparências, Adão insiste para com que o preto assuma a sua alma negra e vire o que é na pele, um negro, buscando assim uma identidade que escapa às pressões da sociedade cordial. Para desacreditar as falsas aparências, é preciso ir fundo, não temendo dizer a verdade da violência que se manifestou na escravidão:

levar um negro ao tronco
e cuspir-lhe na cara

levar um negro ao tronco
e fazê-lo comer bosta (SANTIAGO, 1982, p.124)

As palavras que constroem a força simbólica do que foi a vileza da escravidão traz o grotesco da hipérbole de uma crueldade sem limites ou sem qualquer resquício de humanidade, que consideraria o mérito, por menor que fosse, do sujeito cujo trabalho o transformara em máquina sem alma, mas cuja dor possibilita a vantagem da chibata sobre a máquina. Desnecessário tratar do discurso de extinção do direito e da imagem de sociedade injusta que se constrói pela poesia. O Brasil, em *A cor da pele*, é uma nova África e a vida do negro, um eterno calvário. Privado de sua própria história e tendo a memória arrancada, o problema remete à mesma situação explicada por Stuart Hall sobre o alheamento dos caribenhos quando imigraram para a Inglaterra: “[c]omo imaginar sua relação com a terra de origem, a natureza de seu pertencimento?” (HALL, 2006, p. 26). O africano que herdou o país em que seus ancestrais foram escravizados aparentemente percebe o mundo como se não pertencesse ao seu país de origem nem se sentisse pertencente ao país onde nasceu.

Voltando à visão de Silviano Santiago, sua análise apresenta a manifestação da recusa do direito do negro, a quem foi tirada a liberdade de ser, a dignidade de viver, a acessibilidade para vencer e o respeito para agir. Por isso a expressão poética da revolta:

Nomear o aviltamento do negro pela escravidão é a única maneira de poder reconstituir o negro como não-ser no passado e como identidade social a ser construída no presente. Tudo isso sem as peias da ideologia da cordialidade. O “rebaixamento” constitui historicamente o negro no Brasil e constitui a sua identidade política hoje. É através dele que pode surgir uma voz menos adocicada e um corpo com menos ginga, mas com uma ação mais eficiente e poderosa. (SANTIAGO, 1982, p. 125)

A poesia torna-se, por isso, instrumento de aprimoramento nos sentidos cultural, espiritual e estético, funcionando como humanizadora, na acepção explicada por Antonio Candido. A obra torna-se educativa por revelar o absurdo da configuração imagética da cor na cultura de privilégio branco. O fato remete ao discurso de igualdade e à impossibilidade de, contrapondo-o ao preconceito enraizado, concebê-lo como efetivo na sociedade brasileira. As palavras movimentam não apenas os valores, mas atuam esteticamente nas emoções, e o leitor se vê diante de uma criação que o enfrenta, desafia-o e o encara, embora sem, propriamente, apresentar uma interpelação, um questionamento ou a explicitação de um desafio sobre um tema para reflexão. O eu diz o que sente e o que pensa, mas o diz como para denunciar, reagir e agredir, incomodando o conforto de quem nunca vivenciou e, portanto, nunca pensou os problemas que ele legitimamente exprime. Por isso Santiago diz que a poética de Ventura tem a legitimidade da estirpe em sua organicidade. E a palavra artística representando sua

subjetividade, busca atestar a continuidade escravagista que, para Silviano Santiago (1982), reproduzida na poética de Adão Ventura teria o sentido de resgate, uma vez que o nome “escravidão”, dado pelo poeta à desonra atribuída ao negro “é a única maneira de poder reconstituir o negro como não-ser no passado e como identidade social a ser construída no presente” (SANTIAGO, 1982, p. 125). Essa identidade social está diretamente ligada aos direitos humanos do brasileiro descritos pela Constituição brasileira que, por sua vez, baseou-se na Declaração Universal, e deveria ser pressuposto de qualquer cidadão, como regem os artigos e incisos dos documentos principais no nível nacional e internacional sobre os direitos do homem. De modo elementar, pela poesia, fica patente a distância entre intenção e prática, entre o ideal e o factual. Os seres idealmente iguais na primeira premissa do silogismo que se pode pressupor como estrutura do raciocínio segundo o qual todos são iguais perante a lei ou todo homem tem direito a liberdade, dignidade, justiça, progride para a segunda premissa, mas na conclusão não se confirmam como humanos: a cor da pele os diferencia por dentro. Se todos os homens têm direito à dignidade, respeito, liberdade; e se o negro é homem, é preciso problematizar as implicações de não se fazer valer os mesmos pressupostos para todos os homens. Esse grito de revolta é o que se percebe em *A cor da pele* e, pela vivência da mão que escreve, da mente que pensa a palavra e do coração que fornece a matéria nevrálgica dos versos, a poesia negra aqui analisada é vista como genuína em sangramento e autenticidade, diferindo dos autores brancos que constroem sua obra igualmente em temática contra o martírio da raça:

Isto porque o elemento negro no poema não é produto de ornamentação vocabular, o que apenas denotaria certo exotismo tão ao gosto de poetas de linha romântica. O negro como produto de ornamentação vocabular acaba por dar origem a uma poesia, como diria Oswald de Andrade comentando o farisaísmo folclórico de Cassiano Ricardo, que é "macumba pra turista". O elemento negro, na poesia de Cruz e Souza e nestes curtos poemas de Adão, advém do drama negro que é refletido pela poesia e que o poema (sem cor vocabular) carrega de alta tensão emocional. O elemento negro no poema, íntimo ou histórico, social ou racial, é antes sujeito ou objeto de reflexão do que arabesco de decoração. Enquanto reflexão, apela para a consciência crítica do leitor e para a revolta contra o estado passado e presente. (SANTIAGO, 1982, p. 121)

A consciência crítica parte da ponderação entre fatores envolvidos nos valores e na busca da relação entre causa e consequência. Quanto mais se entendesse sobre a sociedade e o homem, mais se entenderia também algo em torno de que a matéria humana é uma só, o que deveria ter sido assimilado com o avanço da civilização. As teorias a respeito das práticas racistas vêm sendo abordadas sob os mais variados ângulos no intuito de entendimento do

percurso histórico e seus desdobramentos na sociedade atual. Os resultados remetem às suas origens sociais e políticas fortalecidas pelo legado cultural do regime escravocrata e pela devassidão dos argumentos das práticas cruéis no século XIX. As justificativas para as diferenças entre os homens legitimavam a hierarquia entre os indivíduos com base na origem, no espaço geográfico e na cor da pele, o que propiciava ao homem branco a posição superior, centralizado como símbolo da civilização. Podemos perceber, sob o ponto de vista de Carlos Hasenbalg, que “ao nível dos modelos conscientes, a cor da pele era indicação de descendência africana, mas também representava ‘a marca da escravidão em todas as sociedades escravistas’”. (HASENBALG, 1979, p. 69). Assim a frágil duração da escravidão brasileira resultou no fenômeno que, de certo modo, sedimentou em extratos sociais as segmentações de grupos étnicos e raciais. Segundo o teórico:

[...] o escravismo não apenas condicionou a estrutura de classes e o sistema de disciplina de classe e de raça aos quais toda a população livre estava sujeita, mas também influenciou o destino social dos escravos alforriados e dos não-brancos nascidos livres. (HASENBALG, 1979, p. 69).

Desse modo, nota-se que a causa do racismo possivelmente apoia-se nesse tempo escravagista e na sua funcionalidade econômica, uma vez que a no século XIX, a Europa tornou-se o eixo central do sistema industrial competitivo do capitalismo. As tecelagens, por exemplo, que possuíam o maquinário de produção dos tecidos, interessadas nas conveniências econômicas, foram de modo central o espaço onde se legitimou o abuso exploratório da força de trabalho em massa, em especial dos negros, que padeceram as terríveis consequências. E ainda se presente a repercussão dessa voz inscrita na veia africana, nas consciências críticas e em negros que viveram e entendem as implicações adversas e contradições do seu problema. Nos versos a seguir, constroem-se as sombras da escravidão, das senzalas e a marca deixada após mais de um século:

senzala
é minha carne retalhada
pelo dia-a-dia
senzala
é a sombra que tenho aprisionada
nos ghettos da minha pele. (VENTURA, 1984, s/p.)

É um caso de funcionamento prismático da literatura que, se pensarmos que a expressão do eu parte do âmbito psíquico, pode atuar com sua profundidade psicológica nas mentes de modo a influenciar comportamentos. Se pensarmos no âmbito cognitivo, na organização da

linguagem como diz Candido (2004), da expressão verbal que organiza o caos mental do pensamento ainda amorfo e o dispõe em estruturas linguísticas, *A cor da pele* é exemplo de competência em construção formal, sensível conteúdo e modelo de um modo poético corajoso e forte de dizer. Se pensarmos no âmbito social, a poesia de Adão Ventura traz o germe do pensamento social revolucionário, em que podemos desvelar o apontamento para padrões de conduta equivocada de agir pelo modo condensado de dizer. Se tomarmos seus versos como instrumento de reflexão sobre o homem e o mundo, veremos uma forma de pensar sobre a qual se deve deter no sentido de tornar flexíveis os pontos de onde se pensa a diferença.

Como explicado por Candido nos referidos textos, a literatura atua sendo influenciada e influenciando outros campos, como o político, o histórico, o humano, o psíquico, o cultural etc. Isso tudo sem prescindir da sua natureza primaz, como arte. A dialética se faz sempre presente. É desse modo que a literatura representa as questões do seu tempo, fornecendo bases que se acrescentam ao pensamento social para delinear panoramas e fatos a partir da construção estética, como é o que ocorre nos séculos XVII e XVIII, em que a literatura trabalhou para uma pequena elite que tinha acesso a ela “dando-lhes de certo modo alimento espiritual e recursos mentais para compreender o país”. (CANDIDO, 2000, p. 121). E, além de outros aspectos das funções por ele explicadas em muitos ensaios, palestras e artigos, a literatura deve ser vista em diálogo com seus fatores históricos sociais. No caso do Brasil, o resultado é a afirmação da mestiçagem, do ser brasileiro, da mistura dos povos que aqui, em *melting pot*, foram construindo e desconstruindo:

A referida dialética e, portanto, grande parte da nossa dinâmica espiritual, se nutre deste dilaceramento, que observamos desde Gregório de Matos no século XVII, ou Cláudio Manuel da Costa no século XVIII, até o sociologicamente expressivo

Grito imperioso de brancura em mim

de Mário de Andrade, - que exprime, sob a forma de um desabafo individual, uma ânsia coletiva de afirmar componentes europeus da nossa formação. (CANDIDO, 2000, p. 102).

Nesse trecho presente na obra *Literatura e sociedade*, o crítico mostra a dialética presente na formação do brasileiro, na qual é bem-vindo o componente europeu, mas fica subentendida a repulsa indiscutível ao elemento africano, equivocadamente considerado o inferior.

Quanto à poética de Adão Ventura, quando comparado a poetas brancos, Santiago afirma o peso da linhagem dizendo que um negro que viveu o que escreve, principalmente sobre as implicações sociais e psíquicas da cor da pele, segundo ele, tem mais legitimidade e pode tocar mais fundo. Se a naturalidade possível pela ascendência se fortalece pela vivência, a identidade se verifica na força das palavras que se encaixam como luva à força da marca negativa que o negro traz na alma. Assim, após o capítulo histórico da escravidão concreta, a poética de Adão Ventura é profícua proposta de estudo sobre seus desdobramentos e um modo de ver outro lado dos discursos em torno da tolerância e do respeito na escravidão abstrata que ainda permanece. As correntes metafóricas são convites ao leitor, que deverá se empenhar para entender os caminhos possíveis para desatá-las. Um dos caminhos é entender as fontes do preconceito e, por fim, o porquê de não se fazerem valer os direitos do negro, ou melhor, por que alguns homens parecem ser menos dignos que outros, por que a classificação étnica ou outros elementos que não dizem nada do caráter ou da essência são primazes ao pensamento preconceituoso.

Em trabalho anterior, abordamos a questão do preconceito racista na perspectiva tanto histórica quanto estética, entendendo que o contexto muda, mas as vozes ecoam, e as populações afrodescendentes, historicamente oprimidas por um processo de modernização estrutural da sociedade, de natureza excludente é marcada por injustiças, tragédias e preconceito. Um descaso que marca o Brasil até a atualidade. Um estudioso que abordou a questão foi Florestan Fernandes (2008), que analisou o problema e esclareceu que a abolição da escravatura parece ter libertado os negros. Formalmente se pode perceber um ato oficial de libertação, mas, contraditoriamente, não ocorreu a extinção da subserviência e da proscricção do homem de cor:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho (FERNANDES, 2008, p. 29).

Seguindo essa linha, é de se constatar de fato que a cor faz com que se obriguem a subempregos e o que até pouco tempo ocorria é que não havia sem nenhum amparo legal ou institucional, dando continuidade a uma forma de escravidão metafórica. Florestan (2008)

reforça esses termos ao dizer que a conjuntura social dos negros após a abolição dos escravos, sob o ponto de vista de uma coletividade de classe e em fase de desenvolvimento, foi adiada, haja vista que o método imigratório posto em exercício pelo governo deu primazia ao trabalho europeu que concebia o aparecimento da civilização e da modernização da sociedade nacional. Além dessas dificuldades para os negros se agregarem na sociedade, “as instituições sociais que se tornaram básicas para a conformação do horizonte cultural, a organização da vida e a integração no regime de classes, foram absorvidas no ‘meio negro’” (FERNANDES, 2008, p. 284). Daí o resultado das desigualdades e dos preconceitos que divide e classificam os homens a partir de premissas baseadas em fatores não essenciais como a cor da pele. Daí também a revolta de negros contra brancos, sentimento que nenhum sistema de cotas dará conta de contornar, nenhuma reflexão sociológica reverterá em curto prazo, mas que encontra, de certo modo, uma forma catártica em expressões poéticas como a de Adão Ventura. O ser desconstruído como forma de reconstrução essencial denuncia sua ausência do lastro de vida social, e adverte para a sua visibilidade apenas no brilho do suor quando útil ao trabalho. Arriscamos a dizer que, por esses e outros fatos, o negro na obra *A cor da pele* é quem cospe na cara do preconceito, encarando e chamando-o para o embate entre o que é e o que deveria ser. O negro não-ser mostra que é, sem acabrunhamento, sem cabeça baixa, mas encarando, olho no olho, como se quisesse dizer: “este aqui foi você que fez”.

Considerações finais

A dialética da literatura e da sociedade brasileiras, inicialmente dilaceradas na busca impossível de identificação com o europeu, conforme preconiza Candido, também se confirma na rejeição do africano, conforme aponta Santiago. Adão Ventura representa o antagonismo vivido pelo negro em *A cor da pele*, numa denúncia cuja palavra arrebatada pelo eu traz ao elemento dominante da sociedade a força da metáfora que simboliza a injustiça vivida. Impossível não perscrutar a cobrança e a acusação da negativa dos seus direitos, no aprisionamento em que o eu negro se encerra. Seu cárcere se constrói pela crítica aguda e rasgada pelas imagens cortantes e representativas das dores da cor. Revela o quanto a literatura pode movimentar o componente emocional e mudar as consciências de modo subliminar. E na medida em que o homem brasileiro se aceitar e se compreender, o movimento da literatura pode prenunciar melhor assimilação para os seus personagens, do ponto de vista estético e social. A

literatura de Adão Ventura representa pelo olhar deste trabalho uma das formas de evidenciar a necessidade de se fazerem valer os direitos humanos. E a arte literária, aparentemente estética apenas, revela-se em Adão Ventura como uma das faces do seu potencial transformador, ainda que incômodo aos acomodados, mas capaz de desvelar os recônditos desvios da lógica fácil, mas erradia, e apontar para o caminho de um mundo melhor. Terminamos as reflexões com a conclusão de Antonio Candido sobre a literatura enquanto merecedora de figurar no rol dos bens incompressíveis:

Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (CANDIDO, 2004, p.191)

A cor da pele em Ventura chama a atenção para dívida do branco na sociedade hegemônica, descortinando o que restou essencialmente da colonização no espaço psíquico daquele que, de fato, estava do pior lado dos olhares e agora olha com o mais poderoso dos olhares, o poético, e lança a semente de reconstrução do seu ser.

No período em que a nossa nação ganhou novo corpo, com a chegada dos povos que aqui vieram eram muito restritos os grupos sociais que poderiam alcançar a leitura literária. Os negros, quando chegaram, eram corpo e suor. Alguns adotaram a palavra poética para trazer à luz o que restou em mente e coração de todo esse processo. O direito negado se desvela nas vozes da escravidão metafórica e a literatura tem o poder de sensibilizar para mudar o mundo e o homem. Sensibiliza também para a equalização do direito na cor qualquer que seja. Para isso, ela precisa alcançar todas as cores fortalecendo e expandindo cada vez mais seus tons e efeitos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, p. 169-191, 2004.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 1972.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ONU. Declaração dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: UNIC / Rio - Agosto 2009.

SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VENTURA, Adão. *A cor da pele*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1984.

Artigo recebido em março de 2020.

Artigo aprovado em abril de 2020.